

Os Arriscados Passes de Mágica de Cavallo

Alfredo Valladão

Domingo Cavallo é considerado um homem providencial para salvar a Argentina de uma violenta recessão, com consequências dramáticas. Como é que as medidas de choque do novo ministro da Fazenda argentino se vão reflectir no Mercosul, também ele numa crise? Talvez tenham um inesperado efeito positivo.

O Mercosul sobreviverá aos coices que lhe vem dando o novo super-ministro da Fazenda argentino, Domingo Cavallo? Assumindo a pasta no meio de uma profunda crise política e num país com a economia em frangalhos, o pai da paridade fixa entre o peso e o dólar volta ao poder com a incumbência explícita de fazer milagres. Cavallo aparece hoje como a última cartada de uma classe política e empresarial sem rumo, que mais uma vez decidiu chamar um homem providencial para salvar a pátria. Mas basta que o milagre não se realize e a Argentina arrisca afundar-se numa das piores recessões e convulsões sociais das últimas décadas, levando de roldão, queiram ou não, os seus vizinhos mercosulinos. Basta constatar a queda vertiginosa do valor do real, concomitante à agravação da situação em Buenos Aires, para entender o quanto o futuro da região está nas mãos do novo Dom Sebastião portenho.

Milagres todavia, não são coisa fácil nem para santos. Cavallo por enquanto contenta-se com alguns passes de mágica. O problema mais imediato a ser enfrentado é a rigidez da política de câmbio. Com a desvalorização do real em 1999 e a saúde do dólar, o peso atrelado à moeda americana está claramente a chumbar a economia argentina. A ideia de um currency board garantindo uma paridade peso-dólar um contra um, promovida por Domingo Cavallo no princípio da década de 1990, foi um golpe de génio para liquidar a hiper-inflação e restabelecer a confiança na moeda. Este "Plano Austral" - junto com o "Plano Real" brasileiro de 1994 - representou o alicerce indispensável para o arranque do Mercosul. Mas a manutenção da mesma política durante anos, sem a mínima margem de manobra para se adaptar às circunstâncias, levou o país a um beco sem saída. Para recuperar competitividade seria necessário desvalorizar o peso, porém uma tal medida simplesmente afectaria não só boa parte das empresas mas também o público em geral, todos endividados em dólares a mais de 70%. Portanto, a questão chave é: como desvalorizar sem desvalorização e evitando o regresso da inflação?

Vários coelhos já saíram do chapéu do novo ministro. O primeiro foi a decisão de aumentar as tarifas de importação de bens de consumo para 35% e anular as que eram aplicadas para os bens de capital. O resultado deveria ser equivalente a uma queda do peso: aumento da competitividade das empresas nacionais devido à redução dos custos do investimento produtivo e à protecção reforçada no sector dos bens de consumo, e pressão sobre a procura com o encarecimento dos produtos de consumo importados.

O segundo truque do nosso prestidigitador é a ideia de vincular o peso não só ao dólar, mas a uma cesta de moedas, começando pelo euro quando este se aproximar da paridade um a um com o dólar. O objectivo é manter a estabilidade garantida pelo currency board mas abrindo uma possibilidade de flutuação do peso, o que daria maiores margens de manobra para se adaptar às mudanças da

conjuntura económica. O terceiro coelho tem a ver com o "custo Argentina": Cavallo pretende promover uma reforma tributária radical mantendo apenas duas taxas: o imposto de renda e o IVA, uma verdadeira injeção de competitividade na veia das empresas locais.

À primeira vista, a nova política económica argentina parece coerente e astuta. Não há dúvida de que o novo ministro da Fazenda conseguiu um mínimo de consenso interno e levantou a moral dos seus compatriotas. Só que o preço que o Mercosul vem pagando por este ajuste argentino não é pouco. Na verdade, a política tarifária de Cavallo perfurou e praticamente suspendeu de facto a Tarifa Externa Comum (TEC) que garantia a vocação do bloco de se transformar numa união aduaneira plena. O ministro argentino chegou a qualificar a TEC de "palhaçada", afirmando que se tratava até de um obstáculo para se chegar a uma verdadeira zona de livre-comércio.

O problema é que exaltar a simples liberdade de comércio e abandonar o projeto de união aduaneira - passo essencial para um mercado comum e para um aprofundamento do processo de integração regional - significa condenar o Mercosul a desaparecer dentro da futura Área de Livre-Comércio das Américas (ALCA). Que vantagens comerciais específicas propiciaria aos seus membros o pequeno bloco mercosulino que a grande ALCA não ofereceria? Não é por nada que Domingo Cavallo já vem declarando que se o Brasil não seguir o movimento de abertura dos mercados, a Argentina deveria negociar diretamente e bilateralmente com os Estados Unidos. Não é também por outra razão que o governo brasileiro aceitou esta navalhada argentina na TEC só como uma situação provisória para tirar o vizinho de um ciclone que ameaçava arrastar todos.

As medidas tomadas pelo novo homem forte de Buenos Aires não são, todavia, só negativas para a construção do Mercosul. É verdade que uma TEC com cara de queijo suíço, cheia de buracos importantes como o regime automotivo, parecia mais uma folhinha de videira escondendo a falta de vontade política em avançar para uma maior integração regional. A implosão da tarifa comum, a abertura aos bens de capital ou a reforma tributária estão a provocar, no Brasil, um amplo debate sobre a política industrial e comercial, e sobre o que país está disposto a aceitar para manter o projecto estratégico de afirmação de um bloco regional.

Qual seria o melhor equilíbrio entre as reivindicações dos sectores industriais que têm tudo a ganhar com uma liberdade de comércio generalizada (têxtil, calçados, agro-negócio, siderurgia, bancos...) e os apelos ao proteccionismo dos que temem qualquer abertura (máquinas, produtos químicos ou electrónicos...)? Será que a protecção dos sectores ligados às tecnologias da informação e telecomunicação compensa o encarecimento destes bens e portanto a relativa perda de competitividade para o resto da economia? Um dos elementos mais negativos do "custo Brasil" são os quase 60 impostos que a produção interna tem que suportar. Já não é hora de aprovar a tão protelada reforma tributária, seguindo o exemplo da Argentina? Até a ideia da cesta cambial dólar-euro e a clara recusa de Cavallo em dolarizar a economia nacional obriga os brasileiros a encarar rapidamente a questão da estabilidade do real e do caminho para uma moeda única mercosulina (o ministro argentino chegou a dizer que a âncora desta moeda, o deutschemark do Mercosul, seria o peso).

Na verdade, a crise argentina tem a grande vantagem de sacudir a letargia que se vinha apoderando do processo de integração regional, cada vez mais atolado em pequenas picuinhas comerciais. Durante os seus dez anos de existência, o Mercosul funcionou na base da confiança entre os seus líderes políticos, a chamada diplomacia presidencial, que compensava a falta de institucionalização. A desvalorização do real em 1999 - que os dirigentes argentinos souberam pelos

jornais - e agora o ataque de Cavallo à TEC romperam esta relação de confiança. Mas um mal pode vir por bem: uma integração regional a sério tem de criar instituições, leis e regras comuns, não pode só depender da confiança entre chefes de Estado. "Aprofundar" o Mercosul é a condição sine qua non da sua sobrevivência, mas para isso é preciso consenso quanto ao modelo económico e às partilhas de soberania que cada um está disposto a aceitar. Para tanto é necessário um amplo debate público interno em cada país e a crise argentina está justamente a provocar esta explicação geral.

O Brasil, a Argentina e os sócios menores, açoitados pela dinâmica da ALCA, estão obrigados a definir claramente os seus próprios interesses e rever o conjunto das suas políticas económicas internas. Nos diferentes processos de integração regional (Mercosul, integração sul-americana, ALCA, União Europeia-Mercosul) está a chegar a hora das escolhas difíceis: quem, dentro de cada país, sairá ganhando ou perdendo (relativamente) das negociações? Para se integrar neste novo mundo globalizado é melhor agir sozinho ou colectivamente? A resposta - rápida - para estas perguntas pode destruir o Mercosul, ou então permitir um novo salto em frente. Hoje, em todos os países da região existem interesses poderosos que põem em dúvida o projecto mercosulino e que, envoltos nas bandeiras nacionais, clamam por uma política do "eu-sozinho". Para estes é bom lembrar a antiga sabedoria do poeta Manuel Bandeira: "Os cavaleiros correndo, correndo; os cavalões comendo, comendo".